



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA – DAEC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC**

JAQUELINE BATISTA DE LIMA

**A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO DA UEPB – CAMPUS I, QUANTO A POLÍTICA DE
COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO BRASIL**

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

JAQUELINE BATISTA DE LIMA

**A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA
UEPB – CAMPUS I, QUANTO A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Curso de Graduação em
Administração da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento às exigências para
obtenção do grau de Bacharela em
Administração.

Orientadora: Prof^ª. MSc. Vilza Maria Batista

CAMPINA GRANDE – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732p Lima, Jaqueline Batista de
A percepção dos estudantes do curso de administração da UEPB – Campus I, quanto a política de cotas raciais nas universidades públicas do Brasil [manuscrito] / Jaqueline Batista de Lima. - 2014.
21 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.
"Orientação: Profa. Ma. Vilza Maria Batista, Departamento de Administração e Economia".

1. Políticas públicas. 2. Cotas raciais. 3. Inclusão social. I.
Título.

21. ed. CDD 379.26

JAQUELINE BATISTA DE LIMA

g. g. (nome)

A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA
UEPB – CAMPUS I, QUANTO A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Curso de Graduação em
Administração da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento às exigências para
obtenção do grau de Bacharela em
Administração.

Aprovado em, 10/12/2014

COMISSÃO EXAMINADORA

[Handwritten signature]

Prof^ª. MSc. Vilza Maria Batista (UEPB)
Orientadora

[Handwritten signature]

Prof^ª. MSc. Maria Dilma Guedes (UEPB)
Examinadora

[Handwritten signature]

Prof^ª. Esp. Maria Marluce Delfino da Silva (UEPB)
Examinadora

A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UEPB – CAMPUS I, QUANTO A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO BRASIL

LIMA, Jaqueline Batista de¹
BATISTA, Vilza Maria²

RESUMO

As cotas representam uma ação afirmativa, que reconhece o problema da desigualdade e a necessidade de implementação de uma ação concreta que garanta os direitos ao trabalho, à educação, à promoção profissional e às pessoas em situação de inferioridade social. Com isto, as cotas raciais foram implantadas no Brasil com o objetivo de promover o acesso dos afrodescendentes nas universidades públicas. Neste sentido, o objetivo deste trabalho foi analisar a percepção dos estudantes do Curso de Administração da UEPB - Campus I, quanto à implementação de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória descritiva, bibliográfica e de campo. O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado contemplando as dimensões: educação, desigualdade social, desigualdade racial, discriminação racial e aspectos socioeconômicos. Os resultados demonstram que a maioria dos estudantes pesquisados concorda, que as cotas raciais são necessárias para a inserção dos jovens afrodescendentes nas universidades públicas, em decorrência de anos de exclusão dessa população no ensino superior e por consequência no mercado de trabalho, impactando de forma negativa nas condições de vida.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Cotas Raciais. Inclusão Social.

ABSTRACT

The quotas represent an affirmative action, which recognizes the problem of inequality and the need to implement concrete action to ensure the right to work, to education, professional promotion, and people facing social inferiority situation. With this, the racial quotas were established in Brazil in order to promote the access of African descent in public universities. In this sense, the objective of this study was to analyze the perception of undergraduate students of Management of UEPB - Campus I, as the introduction of racial quotas in Brazilian public universities. The study is characterized as a descriptive exploratory research, bibliographical and field. The data collection instrument was a structured questionnaire contemplating dimensions: education, social inequality, racial inequality, racial discrimination and socioeconomic aspects. The results show that most students surveyed agree that racial quotas are necessary for the integration of African descent youth in public universities as a result of years of exclusion of this population in higher education and therefore in the labor market, impacting negatively living conditions.

Keywords: Publics Policy. Racial quotas. Social Inclusion.

¹ Graduanda em Administração pela UEPB. E-mail: <kelainebatista@hotmail.com>

² Professora Orientadora. Mestre em Administração pela UFRN. E-mail: <vilzamb@hotmail.com>

1 INTRODUÇÃO

Considerando que o Brasil encontra-se entre as maiores economias do mundo (7ª economia) e, por várias décadas, foi visto como o país da “democracia racial”, é visível às desigualdades sociais que assolam a população afrodescendente na realidade brasileira.

Em um país com cerca de 50,7% da população composta de negros e pardos, de acordo com o censo demográfico 2010, a população afrodescendente é afetada pela dificuldade de inserção na educação, no mercado de trabalho, no valor dos rendimentos e, por consequência, nas condições de vida como um todo.

É fato, que o jovem negro tem, hoje, oportunidades que seus pais não tiveram, em decorrência, principalmente, das políticas de transferência de renda implementadas no país, a partir de 2000, como forma de reduzir as desigualdades sociais. No entanto, os resultados deste processo ocorrem de forma lenta, uma vez que, os mesmos foram vítimas de anos de exclusão. Embora nenhuma forma de segregação formal tenha sido imposta após a abolição, os ex escravos tornaram-se marginalizados em relação ao sistema capitalista vigente (HERING, 2002).

Ao considerar que o Estado visa buscar o bem estar comum da sociedade, utilizando políticas públicas para executar programas que promovam o desenvolvimento socioeconômico de forma igualitária, oferecendo oportunidades às necessidades coletivas independente de gênero, raça ou renda, no Brasil persiste as desigualdades sociais, principalmente entre os afrodescendentes.

Conforme Iensue (2009), no início da década de 1990, os programas de ações afirmativas na modalidade de cotas, visando o acesso dos afrodescendentes ao ensino superior, começa a ganhar espaço. A difusão da discussão racial articulada à questão da inclusão ao ensino superior, criou um contexto propício à difusão da ideia da construção de políticas públicas voltadas para o acesso dos afrodescendentes à universidade, culminando na criação de políticas de reserva de vagas para negros.

Em agosto de 2012, o Governo Federal aprovou a Lei nº 12711, conhecida como Lei de Cotas. Através desta lei as instituições federais terão que destinar até 2016, metade de suas vagas para alunos oriundos de escolas públicas, levando em consideração o critério social e de raça.

Segundo dados levantados pelo IPEA, no ano de 1992, apenas 1,5% dos jovens negros estavam na universidade, em 2009, eram 8,3 %. Entre os jovens brancos, as matrículas líquidas

triplicaram no mesmo período - de 7,2%, para 21,3%. A frequência dos jovens negros na universidade, que correspondia a 20,8% da frequência dos brancos em 2002; passou a corresponder a 38,9%, em 2009.

A discussão sobre cotas raciais percorre a sociedade desde sua implantação nas universidades, pois todos devem ter direito a educação superior; porém, nem todos aceitam a maneira pela qual estão a ingressar neste ambiente. Para muitos, as cotas raciais é a maneira encontrada para rever as injustiças ocasionadas desde a colonização onde os afrodescendentes foram e continuam sendo discriminados em virtude de sua cor. O estudo tem como base teórica, os autores: Carvalho (2008), Heringer (2002), Hofling (2001), Iensue (2009), Oliven (2007) e Sá (2012).

No entanto, o governo não tem mostrado preocupação com os cotistas e dentro da universidade, se estão capacitados ou não para a academia; vindo a ser de fundamental importância a adoção de políticas públicas direcionadas a educação de base; caso contrário, a maior parte dos afrodescendentes, continuará sendo vítima por permanecer fora do âmbito de incidência das políticas de cotas, em virtude de não possuírem a escolaridade mínima para concorrerem a uma vaga nas universidades através das cotas.

Diante do contexto, questiona-se: Qual a percepção dos estudantes do Curso de Administração da UEPB – Campus I, quanto a implementação do sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras?

Para responder a este questionamento, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a percepção dos estudantes do Curso de Administração da UEPB - Campus I, quanto a implementação de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras.

Foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório descritivo, bibliográfica e de campo; como também foi aplicado um questionário com os estudantes do curso de administração da UEPB – Campus I, considerando as seguintes variáveis: educação, desigualdade social, discriminação racial, aspectos socioeconômicos.

O estudo está estruturado da seguinte forma: Referencial Teórico; Aspectos Metodológicos; Análise dos dados; Considerações Finais e Referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

A função que o Estado desempenha na sociedade sofreu inúmeras transformações ao longo do tempo. No século XVIII e XIX, seu principal objetivo era a segurança pública e a

defesa externa em caso de ataque inimigo. Entretanto, com o aprofundamento e expansão da democracia, as responsabilidades do Estado se diversificaram (CARVALHO, 2008).

Devido às mudanças ocorridas no decorrer do tempo, à sociedade passa a exigir seus direitos através das políticas públicas implantadas pelo Estado, ou seja, o Estado age como remediador dos problemas da sociedade no que se refere à saúde, educação e meio ambiente, não mais se preocupando apenas com a segurança pública e a defesa externa, de forma a estabelecer o bem estar da sociedade.

Segundo Carvalho (2008), o Estado cria políticas públicas nas áreas de educação, saúde, e meio ambiente, onde precisa desenvolver uma série de programas e ações em função do bem estar da sociedade. Os governos se utilizam das políticas públicas para satisfazerem as necessidades e direito da comunidade.

Neste sentido, políticas públicas são ações e programas desenvolvidos com o intuito de buscar melhorias satisfatórias para a sociedade, de modo que o governo junto aos entes públicos ou privados, visam assegurar este direito ao cidadão, de forma que todos os seguimentos da sociedade tenham acesso ao desenvolvimento social, cultural e econômico.

Mead (1995), define políticas públicas como um campo dentro do estudo da política, que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, enquanto Lynn (1980), a vê como um conjunto de ações que irá produzir efeitos específicos. Peters (1986), seguindo o mesmo raciocínio, considera as políticas públicas como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

A política pública pode ser definida como o campo de conhecimento que busca colocar o governo em ação e, assim, analisar essas ações e propor melhorias caso necessário. Sendo formuladas no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que tragam resultados a sociedade. Neste sentido o estudo de políticas públicas se baseia no conjunto de ações implantadas pelo governo, nas quais este as coloca em prática e propõe melhorias sempre que necessário (SOUZA, 2006).

Portanto, as políticas públicas visam a melhoria da sociedade através de seus programas e ações, ao colocarem o Governo para averiguar os problemas da sociedade em relação a saúde, educação, segurança e meio ambiente e assim, garantirem o bem estar de todos através da implantação de tais políticas públicas.

2.2 POLÍTICAS SOCIAIS

As políticas sociais tem suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções

industriais. Referem-se a ações que determinam o padrão de proteção social implantado pelo Estado, voltadas para redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais (HÖFLING, 2001).

Portanto, as políticas sociais são mecanismos utilizados pelo governo, para intervirem nas questões sociais (pobreza, miséria, desigualdades existentes entre as classes trabalhadoras) tornando possível o acesso igualitário de todos os cidadãos aos serviços oferecidos pelo governo, minimizando os problemas de desigualdades existentes, de forma a melhorar a condição socioeconômica das mesmas.

De acordo com Marshall (1967), políticas sociais estariam vinculadas a problemas sociais, que significaria a política de governo intervindo na economia de mercado visando o bem-estar e elevação do padrão de vida de seus cidadãos. Neste sentido, rever os problemas enfrentados pela sociedade e assim buscar melhorias através de tais políticas.

Para o autor, o direito do cidadão em um processo de seleção e mobilidade. É o direito à igualdade de oportunidade. Basicamente, vem a ser o direito de todos de mostrarem e desenvolverem diferenças ou desigualdades; o direito igual de ser reconhecido como desigual; permitir que um jovem desprovido de recursos é tão capaz quanto o rico cheio de oportunidades. A igualdade de oportunidades é oferecida a todas as crianças quando ingressam nas escolas públicas, mais em idade ainda tenra e são usualmente, divididas em três grupos, quais sejam: avançado, médio e atrasado. Assim, a oportunidade começa a ficar desigual e as alternativas limitadas.

O objetivo dos direitos sociais constitui a redução das diferenças de classes, modificando o padrão das desigualdades sociais, não sendo apenas uma mera tentativa de eliminar a pobreza nos níveis mais baixo da sociedade. Portanto os direitos sociais buscam a igualdade entre as classes num sentido de amenizar a pobreza existente, permitindo que as pessoas se tornem cidadãos, conscientes de seus direitos e obrigações.

2.3 POLÍTICA DE COTAS RACIAIS

O Brasil é um país formado por diversos povos em que a desigualdade social persiste desde a colonização portuguesa, onde os brancos, desde o início, tiveram diversos privilégios, por serem de origem europeia, em relação aos demais povos que formam a nação brasileira. Desde a colonização portuguesa convive-se com grandes desigualdades pautadas por diferenças de classe social e de grupos raciais. Neste sentido, ricos e pobres, brancos e negros, tem

possibilidades e maneiras distintas e desiguais de obterem recursos para sobreviverem em uma sociedade desigual.

Para Iensue (2009), as políticas de cotas podem ser definidas como sendo o estabelecimento de um número preciso de lugares ou da reserva de algum espaço em favor de membros do grupo beneficiado. No âmbito das ações afirmativas, as cotas referem-se “à proporção relativa dos membros de diferentes grupos em determinadas funções ou programas educacionais”. As cotas beneficiam determinado grupo com intuito de amenizar as desigualdades sociais.

De acordo com Pereira (2003), a adoção de cotas fortalece a questão da raça, o que é um problema; mas como um movimento tático, de caráter emergencial e temporário, cumpre o duplo papel de tencionar a sociedade em direção ao enfrentamento das desigualdades e de expor a fragilidade na questão do pensamento social brasileiro, obrigando-o a voltar-se para si mesmo, observando suas lacunas com a oportunidade de engajar-se na efetiva construção do universalismo, em vez de esvaziá-lo em insensata proclamação idealista.

No campo educacional, as políticas universalistas desenvolvidas pelo Estado brasileiro também não conseguiram proceder a uma igualdade de acesso ao ensino superior entre negros e brancos, agravando uma tendência que se verifica desde o nível fundamental da educação brasileira; no ensino superior, aprofunda-se a exclusão da população negra em relação às expectativas de melhor escolaridade e status socioeconômicos.

Segundo Oliven (2007), a dimensão das desigualdades raciais no Brasil, questiona a viabilidade de os jovens negros que estão atualmente concluindo o ensino médio, chegarem até a universidade sem uma política de estado que lhes torne mais viável o acesso às universidades públicas, uma vez que esses jovens, em sua maioria, são vítimas do racismo e não tem, em geral, o mesmo poder aquisitivo e as oportunidades dos jovens da classe média branca, que entram nos cursos universitários mais seletivos.

Em um país cheio de desigualdades, o acesso à educação é um dos principais fatores que influencia ao alcance de melhores oportunidades no mercado de trabalho. De acordo com Heringer (2002), “para um grande contingente da população, o aumento da escolaridade é visto como o principal caminho de mobilidade social ascendente dos indivíduos”. Neste sentido, todos buscam uma educação de qualidade para assim ascender no mercado de trabalho. Diante de tal situação de desigualdade, torna-se indispensável a análise das oportunidades educacionais de brancos e negros no Brasil.

O sistema de cotas é a reserva de vagas para grupos étnicos da população nas universidades públicas brasileiras. Este sistema é alvo de críticas por parte dos que se

manifestam contrários e acreditam na educação básica como forma de diminuir as desigualdades sociais; e, alvo de elogios, por aqueles que acreditam nas políticas afirmativas como cotas de inclusão para concertar o quadro de exclusão dos mais pobres, principalmente os de raça negra, no ensino superior e, conseqüentemente, diminuir a desigualdade social que os afeta.

Conforme Heringer (2002), a escolaridade média de ambas as raças cresce ao longo do século, mas o padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial nos anos de escolaridade entre brancos e negros, mantém-se absolutamente estável entre as gerações. Observa-se que jovens afrodescendentes mesmo com o aumento no grau de escolaridade, a discriminação persiste ao longo das décadas.

As cotas representam uma ação afirmativa, que reconhece o problema da desigualdade e a necessidade de implementação de uma ação concreta que garanta os direitos ao trabalho, à educação, à promoção profissional, às pessoas em situação de inferioridade social. Com isto, as cotas raciais foram implantadas no Brasil com o objetivo de desenvolver a igualdade social; porém, grupos contrários a essa temática, diz que a implantação de cotas fere o direito constitucional da igualdade, que afirma que todos são iguais perante a lei.

Para Sá (2012), não se deve avaliar as pessoas pela cor da sua pele, mas sim, pelo conteúdo do seu caráter. Com o sistema de cotas, o mérito acadêmico fica em segundo plano. “Cor” e “raça” não justifica potencial e capacidade intelectual.

Neste sentido, as discriminações persistem desde décadas passadas, repercutindo a vida de uma grande parcela da população negra que devido a sua condição social e racial, não obtém as mesmas oportunidades; problema este, que se agrava a cada dia, devido ao crescimento da população e a falta de condições de sobrevivência em um mercado tão competitivo e seletivo.

A Universidade de Brasília (UnB) foi à primeira instituição de ensino superior federal a adotar um sistema de cotas raciais para ingresso através do vestibular, a partir do segundo semestre de 2004.

Porém, as cotas exclusivas para negros alteram a realidade de quem é branco e pobre que fica sem opção. O fato de ser branco ou negro não diminui, nem aumenta a inteligência de ninguém e é preciso ver que nem toda vítima é negra e, nem todo negro é vítima. Portanto, o medo de que o ensino superior piore com a adoção de cotas nas universidades é fato, pois alunos seriam aprovados e ingressavam na academia apenas como uma forma de mascarar as estatísticas educacionais da sociedade, porém não estão preparados para receber, na maioria dos casos, uma educação superior, ocasionando, na maioria dos casos, a desistência posteriormente

do curso; não só por receber uma aprovação mentirosa durante toda a vida, mas porque , muitos não estão capacitados para acompanhar o ritmo de uma universidade públicas de qualidade.

De acordo com Iensue (2009), as políticas de cotas para acesso de afrodescendentes as universidades, encontram-se destinadas a minorar o abismo entre os integrantes dessa parcela e os brancos; visto que, através da correção artificial da assimetria nas oportunidades, favorecerá, portanto, a criação de condições mínimas, para o incremento da coesão social.

Neste sentido, em algumas universidades públicas, as políticas de cotas para negros foram de grande importância para o desencadeamento do debate pela sociedade brasileira, de como o Estado deve reparar as injustiças históricas do passado contra os negros e eliminar o problema de discriminação presente, tornando a sociedade mais igualitária, independente da raça.

Para Sá (2012), o princípio da igualdade encontra-se ameaçado pelo sistema de cotas, pois trata negros e brancos de forma desigual. Este princípio é um fundamento essencial da República e um dos alicerces sobre o qual repousa a Constituição Federal. A antropóloga Yvonne Maggie, da UFRJ alerta: “A discriminação existe no dia-a-dia e precisa ser combatida, mas, se entrar em vigor a lei de cotas, estaremos constituindo legalmente um país dividido em raças, e isso é muito grave”.

Com intuito de amenizar os problemas de desigualdades sociais, os governos, juntos às entidades competentes, vem implantando programas sociais nas universidades, como exemplo, as cotas raciais, que dão oportunidade aos afrodescendentes de ingressarem no ensino superior. Mecanismo este, causador de polêmicas entre os que são contra as cotas raciais, alegando ser, uma forma de mascarar a realidade da sociedade, no sentido de oferecer a cota ao invés de melhorar a educação de base. A discussão sobre cotas raciais percorre a sociedade desde sua implantação nas universidades, pois todos devem ter direito a educação superior, porém, nem todos, aceitam a maneira, pela qual estão a ingressar neste ambiente. Para muitos as cotas raciais é a maneira encontrada para rever as injustiças ocasionadas desde a colonização, onde os afrodescendentes foram e continuam sendo perseguidos, em virtude de sua cor.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

Com objetivo de analisar a percepção dos estudantes do Curso de Administração da UEPB - Campus I, quanto à política de cotas raciais, foi realizada uma pesquisa que se caracteriza como exploratória, descritiva, com uma abordagem quantitativa. Segundo Gil (2008), uma pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar mais familiaridade com o

problema, podendo envolver levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado.

Ainda, sendo Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômenos.

A pesquisa é de abordagem quantitativa, pois a natureza desta abordagem considera que tudo pode ser quantificável, ou seja, tudo pode ser traduzido em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las através do uso de recursos e de técnicas estatísticas.

Em relação aos meios, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2008) “caracteriza-se por analisar e discutir informações já publicadas.” Foram utilizados como obras principais os seguintes autores: Heringer (2002), Iensue (2009), Oliven (2007), Pereira (2003) e Sá (2012).

Quanto aos procedimentos da pesquisa de campo, Gil (1999, p.70), assim os define:

[...] se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Referente ao lócus da pesquisa, a análise foi realizada com os estudantes de Curso de Administração da UEPB – Campus I, Campina Grande = PB, na qual foram colhidas informações acerca da opinião dos mesmos, sobre as cotas raciais, sendo utilizado como amostra o total de 120 entrevistados. Como instrumento de pesquisa foi elaborado um questionário na forma semiestruturados, no qual as questões nele contidas, foram objetivas, com a intenção de analisar a percepção dos estudantes, quanto à política de cotas raciais.

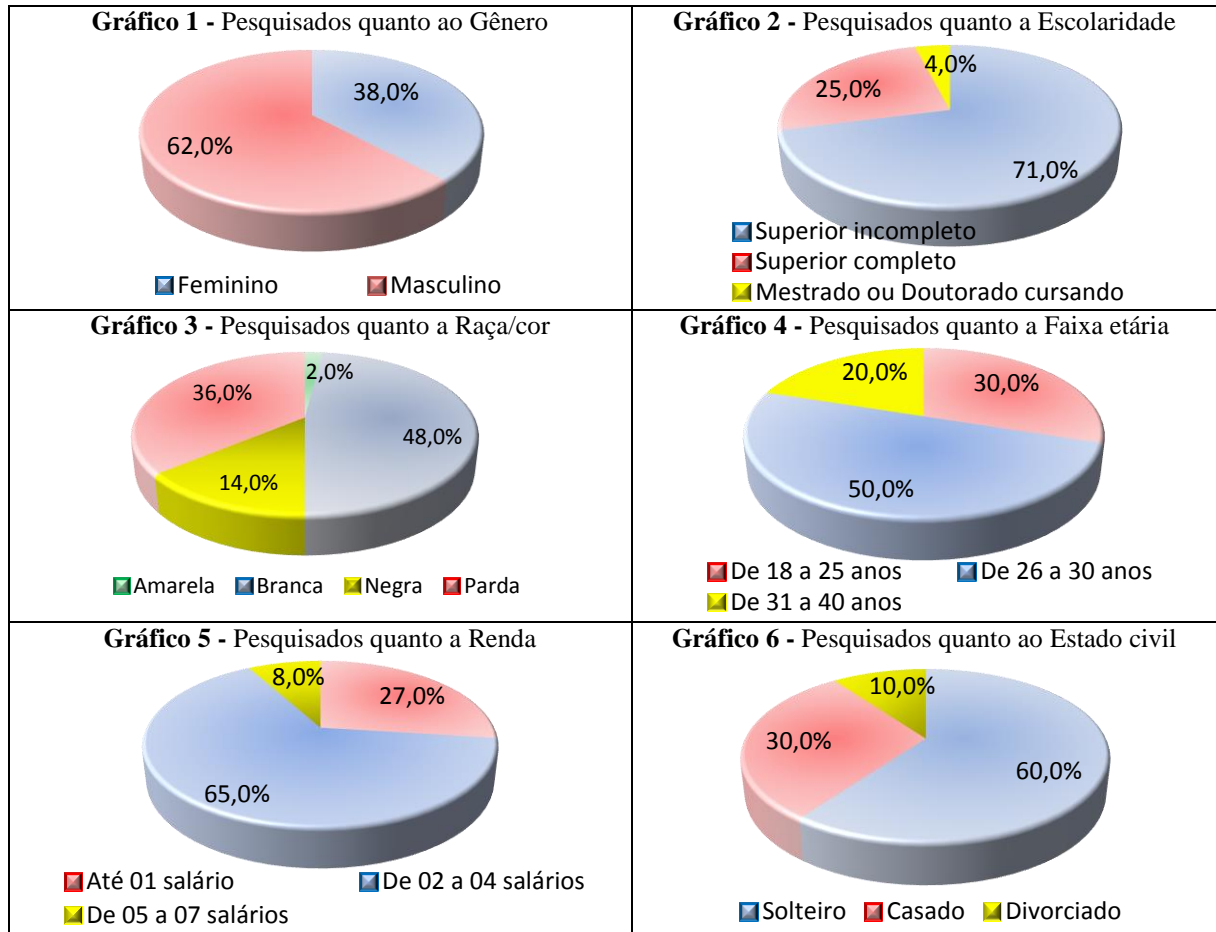
O questionário foi composto por 25 questões, divididas em dimensões as quais são: Educação, Desigualdade Social, Discriminação Racial, Aspectos Socioeconômicos e Desigualdade Racial e o perfil socioeconômico dos respondentes. A coleta dos dados foi realizada em novembro de 2014, nas salas de aulas.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados foi realizada em duas partes: a primeira buscou conhecer o perfil dos respondentes; a outra, identificar qual a percepção dos estudantes do Curso de Administração da UEPB – Campus I, quanto à política de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Os dados referentes ao perfil dos estudantes que participaram da pesquisa encontram-se ilustrados nos Gráficos (1 a 6), conforme exposição abaixo:



Fonte: Pesquisa direta, nov./ 2014

No Gráfico 1, observa-se que a maioria, 62,0% dos estudantes pesquisados informou ser do gênero feminino; enquanto que a minoria, 38,0%, é do masculino. Logo, percebe-se a predominância de estudantes do gênero feminino, no Curso de Administração da UEPB.

O Gráfico 2, demonstra o nível de escolaridade dos estudantes, onde observa-se que a maioria, 71,0% está cursando o ensino superior; 25,0% já possuem alguma graduação e 4,0% já possuem mestrado/doutorado cursando.

Quanto ao critério raça/cor no Gráfico 3, a maioria dos respondentes se autodeclarou de raça branca com 48,0%; parda com 36,0%; enquanto 14% se autodeclararam de cor negra; 2,0%, de cor amarela. Portanto, nota-se que 50,0% se declararam afrodescendentes (pardos e negros).

Já no Gráfico 4, é mostrada a faixa etária dos estudantes, onde um percentual mais elevado, mas que não atingiu maioria, 50,0%, informou que se encontra na faixa etária de 26 a 30 anos; 30,0% disseram possuir de 18 a 25 anos; e 20,0% falaram estar entre 31 e 40 anos.

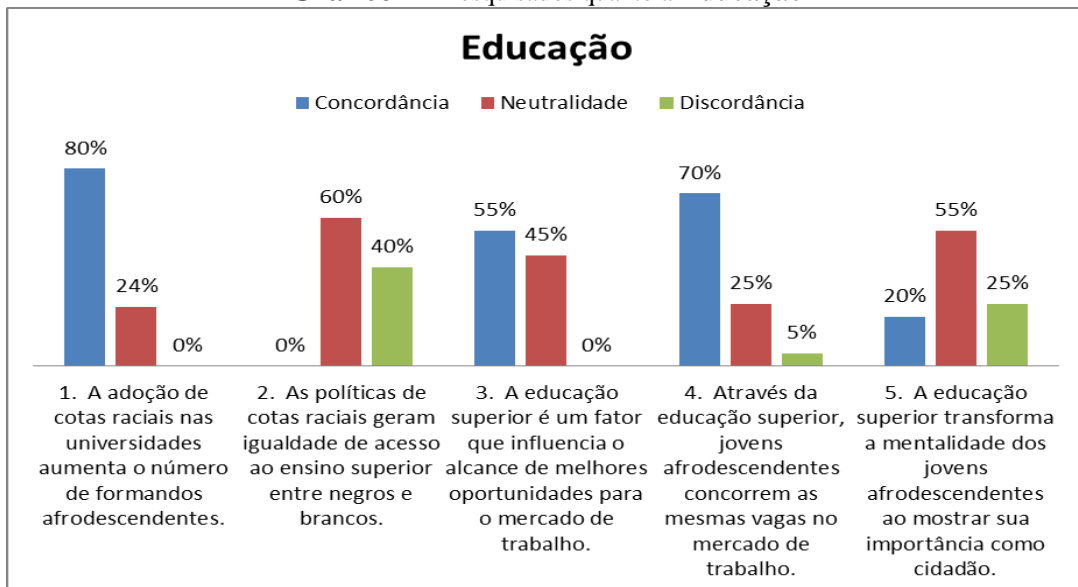
Dentre os respondentes, a maioria, 65,0%, informou que recebe mensalmente entre 2 a 4 salários; 27,0% até um salário, enquanto apenas 8,0% recebem entre 5 e 7 salários.

No Gráfico 4, observa-se que a maioria, 60,0% dos estudantes é de solteiros; 30,0% casados; e 10,0% informaram estar divorciados.

4.2 POLÍTICA DE COTAS RACIAIS

4.2.1 Dimensão Educação

Gráfico 7 - Pesquisados quanto a Educação



Fonte: Pesquisa direta, nov./3014.

Os dados da pesquisa apontam que 80% dos respondentes concordam que a adoção de cotas raciais nas universidades aumenta o número de formandos afrodescendentes e 24%, ficaram neutros.

Quando indagados sobre as políticas de cotas raciais gerarem igualdade de acesso ao ensino superior entre negros e brancos, a maioria, 60% ficou neutra e 40%, discordaram.

Constatou-se que a maioria, 55% dos respondentes concordou que a educação superior é um fator que influencia o alcance de melhores oportunidades para o mercado de trabalho e, 45%, mantiveram-se neutros.

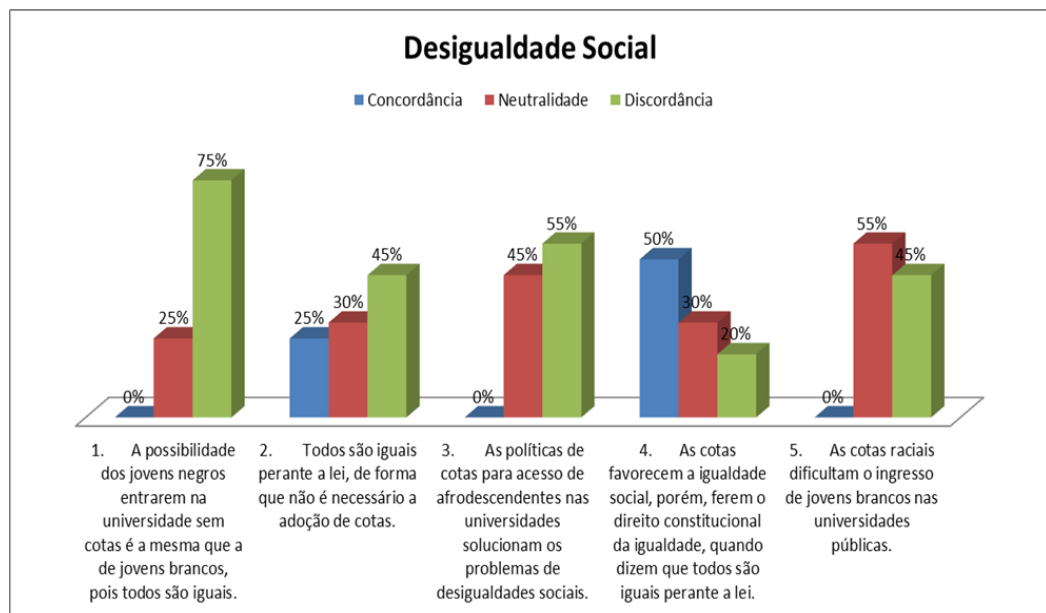
Observou-se, que a maioria, 70%, dos respondentes afirmou que através da educação superior, jovens afrodescendentes concorrem as mesmas vagas no mercado de trabalho; 25%, ficaram neutros e 5%, discordaram.

De acordo com os dados da pesquisa, a maioria, 55%, dos respondentes ficou neutra, quando questionados que a educação superior transforma a mentalidade dos jovens afrodescendentes ao mostrar sua importância como cidadão; 25%, discordaram e 20%, concordaram.

Heringer (2002) afirma que o acesso à educação é um dos principais fatores que influenciam ao alcance de melhores oportunidades no mercado de trabalho. Com isso todos buscam ascender através da educação superior.

4.2.2 Dimensão Desigualdade Social

Gráfico 8 - Pesquisados quanto a Desigualdade Social



Fonte: Pesquisa direta, nov./2014.

Com relação a possibilidade dos jovens negros entrarem na universidade sem cotas é a mesma que a de jovens brancos, pois todos são iguais, a maioria, 75% discordou e 25%, são neutros com tal afirmativa.

Quando indagados que todos são iguais perante a lei, de forma que não é necessário a adoção de cotas, 45% discordaram; 30%, ficaram neutros e 25%, concordaram.

Percebeu-se que, a maioria, 55%, discordou que as políticas de cotas para acesso de afrodescendentes nas universidades solucionam os problemas de desigualdades sociais e 45%, ficaram neutros.

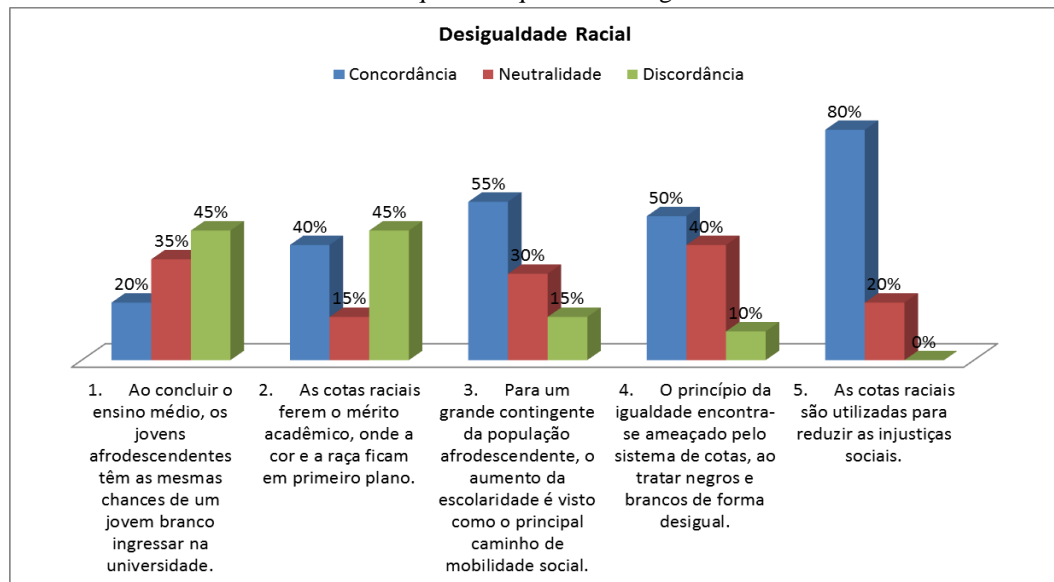
A pesquisa revela que 50% concordaram que as cotas favorecem a igualdade social, porém, ferem o direito constitucional da igualdade, quando dizem que todos são iguais perante a lei; 30% neutros e 20% discordaram.

Observou-se que a maioria, 55% ficou neutra, quando questionados que as cotas raciais dificultam o ingresso de jovens brancos nas universidades públicas e 45%, discordaram.

Através da dimensão desigualdade social, pode-se ver, quanto a política de cotas raciais beneficia os estudantes afrodescendentes, desta forma, fortalecendo a redução das desigualdades existentes, porém não é a solução. Para Iensue (2009), as cotas beneficiam determinado grupo com intuito de amenizar as desigualdades sociais.

4.2.3 Dimensão Desigualdade Racial

Gráfico 9 – Pesquisados quanto a Desigualdade Racial



Fonte: Pesquisa direta, nov./2014.

Observou-se através nos dados da pesquisa que, 45% dos respondentes discordaram que ao concluir o ensino médio, os jovens afrodescendentes têm as mesmas chances de um jovem branco ingressar na universidade; 35%, neutros e 20%, concordaram.

Um percentual mais elevado, mas que não chegou a ser maioria, 45%, discordou que as cotas raciais ferem o mérito acadêmico, onde a cor e a raça ficam em primeiro plano; 40%, concordaram e 15%, são neutros em suas opiniões.

Os números aferidos apontam que 55% concordaram que para um grande contingente da população afrodescendente, o aumento da escolaridade é visto como o principal caminho de mobilidade social; 40%, são neutros e 10%, discordaram.

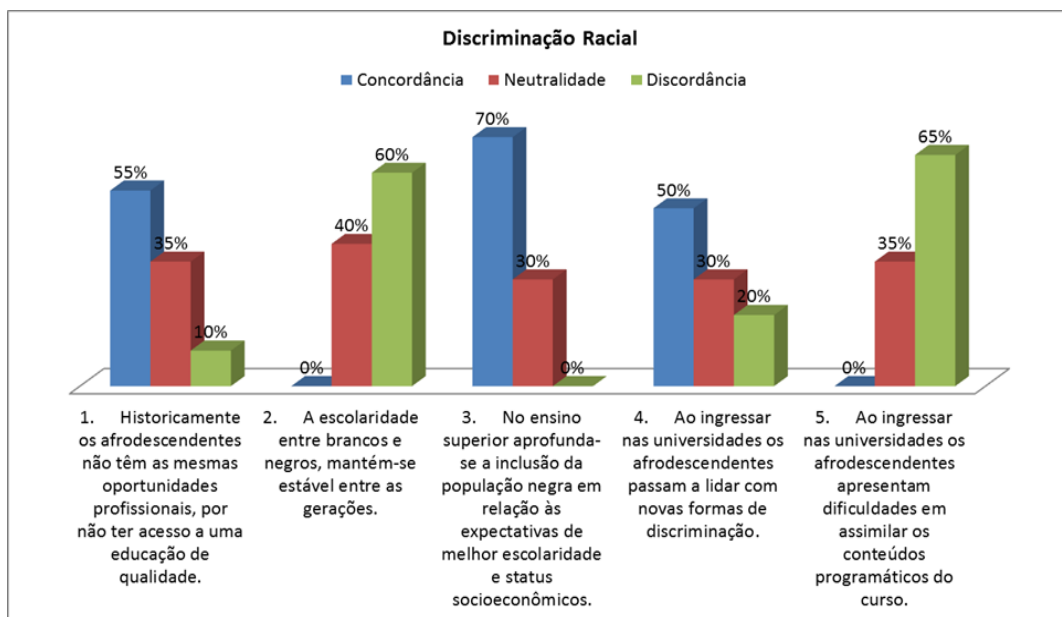
Metade, 50%, dos respondentes concordou que o princípio da igualdade encontra-se ameaçado pelo sistema de cotas, ao tratar negros e brancos de forma desigual; 40%, mantiveram-se neutros e 10%, discordaram.

Quando questionados que as cotas raciais são utilizadas para reduzir as injustiças sociais, a maioria, 80%, concordou e 20%, apresentaram neutralidade.

A discussão sobre cotas raciais percorre a sociedade desde sua implantação nas universidades, pois todos devem ter direito a educação superior, porém, nem todos aceitam a maneira pela qual estão a ingressar neste ambiente. Segundo Iensue (2009), as cotas raciais é a maneira encontrada para rever as injustiças ocasionadas desde a colonização onde os afrodescendentes foram e continuam sendo, perseguidos em virtude de sua cor.

4.2.4 Discriminação Racial

Gráfico 10 - Pesquisados quanto a Discriminação Racial



Fonte: Pesquisa direta, nov./2014

De acordo com os dados, a maioria 55% concordou que historicamente os afrodescendentes não têm as mesmas oportunidades profissionais, por não ter acesso a uma educação de qualidade; 35%, apontaram neutralidade e 10%, discordaram.

A pesquisa aponta que a maioria de 60%, discordou que a escolaridade entre brancos e negros, mantém-se estável entre as gerações e 40%, ficaram neutros com a assertiva.

O estudo revelou que a maioria, 70%, concordou que o ensino superior aprofunda a inclusão da população negra em relação às expectativas de melhor escolaridade e status socioeconômicos; e 30%, indicaram neutralidade

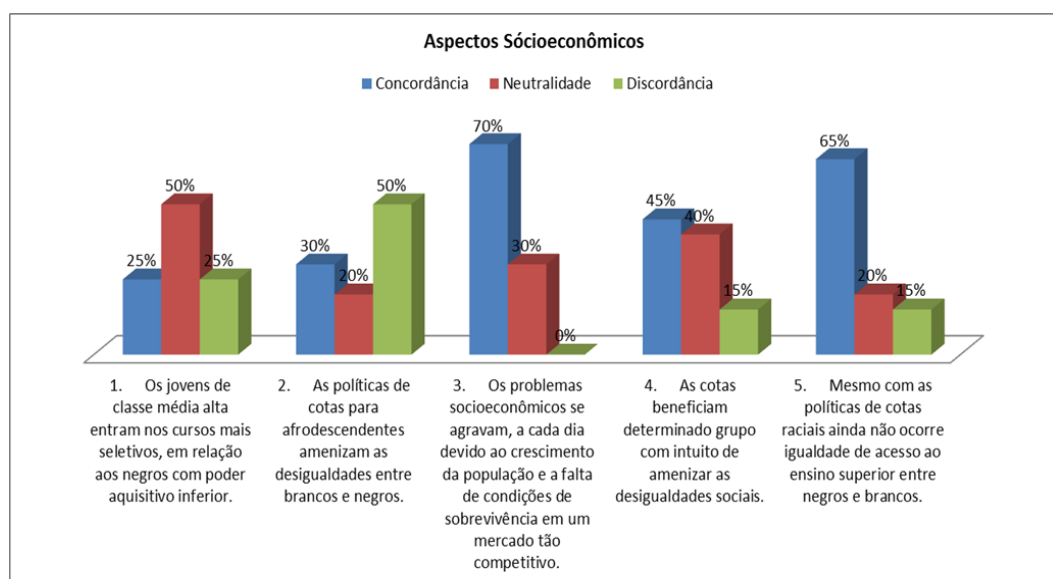
Através da opinião dos respondentes, observou-se que, metade, 50%, concordou que ao ingressar nas universidades os afrodescendentes passam a lidar com novas formas de discriminação; 30%, foram neutros e 20%, discordaram.

Os dados mostram que a maioria, 65%, discordou que ao ingressar nas universidades os afrodescendentes apresentam dificuldades em assimilar os conteúdos programáticos do curso; 35%, permaneceram neutros.

Na dimensão discriminação racial, buscou-se observar a visão dos estudantes em relação às cotas raciais e a importância dada à cor da pele do indivíduo, Conforme Heringer (2002), a escolaridade média de ambas as raças, cresce ao longo do século, mas, o padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial nos anos de escolaridade entre brancos e negros, mantém-se absolutamente estável entre as gerações.

4.2.5 Dimensão Aspectos Socioeconômicos

Gráfico 11 – Pesquisados quanto aos Aspectos Socioeconômicos



Fonte: Pesquisa direta, nov./2014

Os dados coletados na pesquisa mostram que, metade, 50% dos respondentes optou por neutralidade; quando questionados que os jovens de classe média alta entram nos cursos mais seletivos; 25, concordaram e 25%, discordaram dessa afirmativa.

Com relação à afirmativa que as políticas de cotas raciais amenizam as desigualdades entre brancos e negros, metade, 50%, discordou; 30% concordaram e 20% foram neutros.

A pesquisa aponta que, a maioria, 70%, dos respondentes concordou que os problemas socioeconômicos se agravam, a cada dia devido ao crescimento da população e a falta de condições de sobrevivência em um mercado tão competitivo; 30%, neutros.

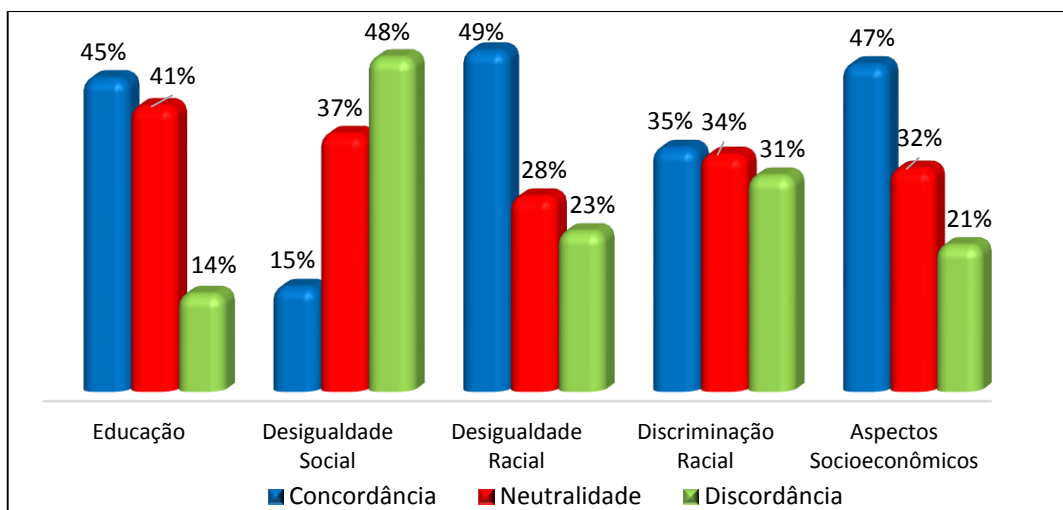
De acordo com os dados aferidos na pesquisa 45% concordaram que as cotas beneficiam determinado grupo com intuito de amenizar as desigualdades sociais; 40% foram neutros e 15% discordaram. Estes dados apontam que muitos estudantes acreditam que as cotas amenize o quadro de desigualdade.

Quando indagados que mesmo com as políticas de cotas raciais ainda não ocorre igualdade de acesso ao ensino superior entre negros e brancos, a maioria, 65%, concordou; 20%, optaram pela neutralidade e 15%, discordaram. Percebe-se que mesmo com as cotas raciais não há igualdade de acesso ao ensino superior.

Para Oliven (2007), a viabilidade de jovens negros, sem poder aquisitivo chegarem até às universidades, sem uma política de estado é difícil. Neste sentido, as questões socioeconômicas interferem neste processo de ingresso ao ensino superior, pois, jovens pobres, não têm as mesmas oportunidades que os jovens ricos.

4.2.6 Média Geral das Dimensões

Gráfico 12 – Pesquisados quanto aos resultados isolados da pesquisa



Fonte: Pesquisa direta, nov./ 2014.

Na dimensão educação, um percentual elevado, mas que não chegou a ser maioria, 45% concordou que esta é a base para inserção no mercado de trabalho e no ensino superior; 41%, ficaram neutros e 14%, discordaram.

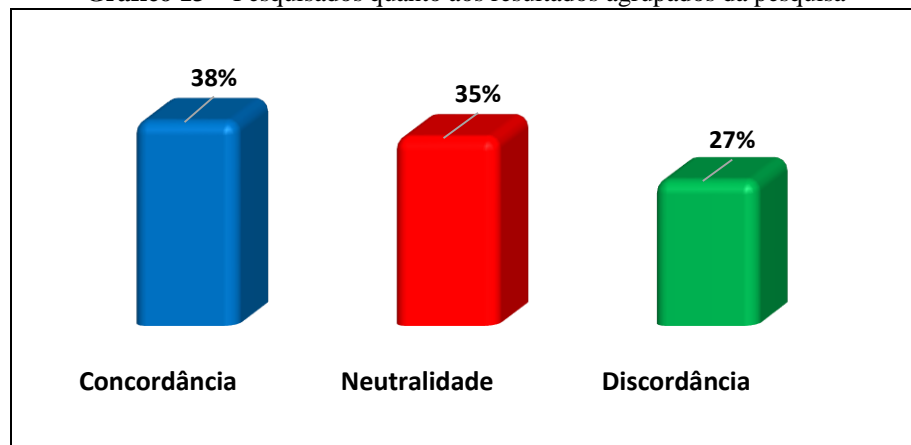
Nota-se na dimensão desigualdade social, que em média 48% dos respondentes discordaram que as cotas raciais sejam a solução para os problemas sociais existentes; 37%, ficaram neutros e 15%, concordaram.

Percebe-se na dimensão desigualdade racial, que 49% concordaram que a educação é o principal caminho de mobilidade social, porém nem todos possuem uma educação de qualidade; 28%, ficaram neutros e 23%, discordaram.

De acordo com a pesquisa 35% dos respondentes concordaram que a discriminação racial persiste mesmo após o ingresso na academia; 34%, são neutros e 31%, discordaram.

Em relação aos aspectos socioeconômicos, 47%, concordaram com as afirmativas, 32%, ficaram neutros e 21%, discordaram.

Gráfico 13 – Pesquisados quanto aos resultados agrupados da pesquisa



Fonte: Pesquisa direta, nov./2014.

De acordo com o Gráfico 13, houve um percentual mais elevado de concordância, mas que não chegou a ser maioria, equivalente a 38% em relação as dimensões; seguido de 34%, de neutralidade e, 27%, de discordância.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido trabalho teve, como objetivo, analisar a percepção dos estudantes do Curso de Administração da UEPB – Campus I, quanto à política de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras.

Sobre o **perfil dos colaboradores** percebe-se que a maioria são do gênero feminino, com predominância da faixa etária, compreendida entre 26 e 30 anos. Verificou-se que a maioria é de solteiros, de cor/raça branca, com remuneração entre 2 e 4 salários.

Na dimensão **educação**, observou-se em todas as assertivas propostas a predominância de concordância, o que revela que os estudantes acreditam que a educação é a base para inserção dos afrodescendentes no mercado de trabalho e por consequência a melhoria das condições de vida.

No que se refere a dimensão **desigualdade social**, ocorreu uma predominância de discordância, o que demonstra que os estudantes pesquisados percebem que as cotas raciais não são a solução para os problemas de desigualdades sociais. Porém, é o que vem oferecendo oportunidades aos jovens afrodescendentes de ingressarem no ensino superior, por não terem as mesmas chances dos jovens brancos que estudam na escola privada.

Na dimensão **desigualdade racial**, ocorreu uma predominância de concordância, revelando que os estudantes consideram que as cotas raciais geram uma igualdade desigual, ferindo o mérito acadêmico ao considerar cor/raça em primeiro plano para o ingresso na academia.

No que se refere à dimensão **discriminação racial** ocorreu à predominância de concordância, revelando claramente, que os estudantes acreditam que os jovens afrodescendentes, após o ingresso nas universidades ainda sofrerão discriminação racial.

Para a dimensão **aspectos socioeconômicos**, ocorreu à predominância de concordância, o que demonstra que, apesar de amenizar as desigualdades sociais, ainda não há igualdade de acesso ao ensino superior entre jovens brancos e negros.

Face ao exposto verifica-se que o objetivo proposto foi alcançando, haja vista que, foi analisada a percepção dos estudantes do Curso de Administração da UEPB – Campus I, sobre a política de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

HERINGER, Rosana. "Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas." **Cadernos de Saúde Pública** 18 (2002): S57-S65.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. "Estado e políticas (públicas) sociais." **Cadernos Cedes** 21.55 (2001): 30-41.

MARSHALL, Thomas Humphrey. "**Cidadania, classes sociais e status.**" (1967). Disponível em: http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/pucrs_artigo_2007_ACOliven.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2014.

PEREIRA, Amauri Mendes. "Um raio em céu azul: reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira." **Estudos Afro-Asiáticos** 25.3 (2003): 463-482.

SÁ, Carolina de Paiva. **Sistema de Cotas Raciais**. 2012. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7161/Sistema-de-cotas-raciais>> Acesso em: 28 ago. 2014.

SCIELO. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>> Acesso: 30 ago, 2014.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, n.16, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2014.

SITES

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>>

Disponível em: http://bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=287

Disponível em: <<http://www.brasiliaemdia.com.br/component/content/article/66-revista/134-as-cotas-sociais>>

Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PolíticasPúblicas.pdf>